

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Gazeta de Notícias

Class.: 1285

Data: 11/01/90

Pg.: _____

Acordo sela paz no garimpo de Roraima

BRASÍLIA — Três dias depois de a Polícia Federal iniciar a operação de retirada dos 40 mil garimpeiros da área dos índios ianomamis, em Roraima, o Ministro da Justiça, Saulo Ramos, anunciou a decisão do Governo de conceder a estes garimpeiros três áreas vizinhas às reservas indígenas, no total de 665 mil hectares. Invocando o inciso 25 do artigo 22 da Constituição, que define como obrigação da União a limitação de áreas para garimpagem através do cooperativismo, Saulo Ramos disse que estava "coroadado de pleno êxito" a negociação.

— Estamos aqui defendendo os índios. Um problema que parecia insolúvel estará definitivamente solucionado em três dias. Achemos uma saída à moda brasileira: com açúcar e com afeto — festejou o Ministro.

A solução contraria a decisão do Juiz Novelty Vila Nova Silva Reis, da 7.ª Vara da Justiça Federal de Brasília, que em outubro passado determinara ao Governo que interditasse os nove milhões de hectares atualmente divididos em 19 áreas ianomamis e duas florestas nacionais e a retirada imediata dos garimpeiros.

O acordo, realizado entre representantes das associações dos garimpeiros, dos táxis aéreos da Funai, do Ibama, da Polícia Federal do Ministério do Exército e do DNPM, será transformado em documento a ser assinado por todos nos próximos dias. Segundo o Ministro, os garimpeiros se comprometem a deixar as áreas ocupadas atualmente, a construir escolas e pequenos hospitais para os ianomamis, a garantir a preservação do meio ambiente nos novos locais, a usar filtros para mercúrio e a entregar as armas de fogo à Polícia.

Em contrapartida, o Governo se compromete a não apreender seus equipamentos, a realizar o cadastramento de todos durante a remoção, afastando os que têm antecedentes criminais e internando para tratamento os que apresentarem sintomas de doenças tropicais. As pistas de pouso construídas pelos garimpeiros em áreas indígenas serão destruídas, exceto as que puderem servir de apoio para a Funai na assistência aos ianomamis.

O Presidente José Sarney assinou anteontem à noite, depois de rápida audiência com o presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira, e com o Chefe do Gabinete Militar, General Bayma Denys, o decreto que regulamentou a garimpagem nas novas áreas.

O governador de Roraima, Romero Jucá, paralisou a "Operação Canaimé" ao anunciar a decisão do Governo federal. Seria a concretização do "Projeto Meridiano 62", proposto por Jucá em junho do ano passado. O governador disse que recebera telefonema do Presidente José Sarney aprovando sua idéia e negociou uma espécie de trégua entre garimpeiros, Funai, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e Polícia Federal, embora as principais pistas de aeroportos na região permaneçam interditadas.

O projeto reservou as regiões do Catrimani-Couto Magalhães (352.075 hectares), Uraricoera (195 mil) e Uricá-Santa Rosa (117 880) — em torno da reserva ianomami — para a exploração dos garimpeiros que hoje se encontram na reserva.

O Diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, chegou anteontem a Boa Vista para uma reunião com o governador, o Ibama e a Funai, orientado pelo Presidente José Sarney a encontrar uma solução pacífica. Se até anteontem os garimpeiros repudiavam a operação, pelo menos ontem ficaram mais satisfeitos com seu novo rumo, embora ainda tenham em querer ficar na reserva ianomami. O que seria uma retirada de garimpeiros, com a Polícia Federal atuando na área com 400 homens para expulsá-los, virou uma operação de remanejamento para as áreas do "Projeto Meridiano".

A Polícia Federal continuará, no entanto, a fiscalizar o aeroporto de Boa Vista e outras pistas para impedir que aviões abasteçam os garimpos com combustível e mantimentos. A data limite do dia 15 para o remanejamento dos garimpeiros, pela Polícia Federal, juntamente com a Funai, Ibama e, agora também, com o acompanhamento do governo de Roraima a princípio, foi mantida.

— Estou aqui para trazer tranquilidade à população de Roraima. O Presidente José Sarney quer uma solução pacífica para a questão, que favoreça tanto os índios quanto os garimpeiros, que terão outros lugares para lavar — disse Tuma.

Ao todo, serão fechadas na reserva 62 pistas de pouso. Nas novas áreas já existem 30 pistas feitas por garimpeiros e pela própria Funai. O governador pretende ainda demarcar uma quarta área na região da Floresta Nacional para os garimpeiros, rica em cassiterita: a da Serra do Parima, com mais de cem mil hectares, a oeste da reserva ianomami.

Em desrespeito às normas do DAC, uma frota de pequenos aviões impediu o início, anteontem, da panfletagem que a Funai promoveria sobre Boa Vista, convocando os garimpeiros a deixarem a reserva ianomami. Os aviões voaram tão próximo ao Bandeirante utilizado pelos funcionários da Funai que obrigaram o piloto a fazer pouso de emergência. Segunda-feira à noite, para coroar o desafio, cerca de 15 aviões pequenos sobrevoaram em círculos o aeroporto de Boa Vista, interditado pelo DPF, numa atitude que os agentes consideraram de afronta. Os federais tiveram assim, o primeiro e único combate aéreo contra os garimpeiros e seu aliado, o governador Romero Jucá.

Para os funcionários da Funai envolvidos com a operação, o recuo do Palácio do Planalto em relação ao fim dos garimpos demonstra a falta de seriedade com que a questão indígena é tratada, tanto pelo Governo federal, por ter demorado seis meses para aprovar o "Projeto Meridiano 62", como pelo governo de Roraima que, segundo eles, deveria ter apoiado a "Operação Canaimé".

— Foi uma batalha de Itararé, aquela que nunca ocorreu. Mandaram os federais para cá e, em apenas um dia de batalha mudam toda a operação original, para deixá-la a cargo do governo estadual. Tudo não passou de um blefe — queixou-se um funcionário da Funai.

O governador comemorou: — Acabou a operação de guerra, com todo esse armamento opesado que a Polícia Federal trouxe. Garimpeiro não é bicho para ser caçado.

Saulo aceita permanência de garimpeiros na reserva

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, aceitou uma proposta de assentamento dos garimpeiros de Roraima que contraria a liminar 244/88 da Justiça Federal. Concedida no dia 20 de outubro último, a liminar determina a "interdição" da área de 9.419.108 hectares ocupada pelos ianomami e a "retirada imediata" dos 45 mil garimpeiros que invadiram a região. Desrespeitando esta determinação, Ramos concordou com a transferência dos garimpeiros para três áreas dentro do território indígena.

A decisão foi tomada após uma reunião de três horas em Brasília com representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Secretaria de Assessoramento Nacional (Saden), entre outros órgãos. Saulo Ramos foi designado por Sarney para representar o governo.

As áreas concedidas pelo governo foram escolhidas pelos próprios garimpeiros, em proposta encaminhada anteontem através do diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma. A única área negada é uma faixa territorial próxima à fronteira com a Venezuela. As áreas concedidas ficam entre as aldeias ianomami, em uma região delimitada pela Funai como "floresta nacional". Saulo tentou justificar a concessão das áreas afirmando que "nenhuma decisão judicial pode determinar o impossível". Com esta declaração ele reconhece a incapacidade do governo em retirar os garimpeiros.

A reserva indígena é estimada em 94 milhões de hectares de área contínua. Pela proposta formulada pelos garimpeiros e pelo governo do Território, o governo federal aceitou reduzir a área ianomami para "ilhas" num território que, somado, chega a pouco mais de 2 milhões de hectares. Essas "ilhas" estarão cercadas de reservas de garimpo.

Por achar que a mudança de área coloca em risco a vida de centenas de índios, o sertanista da Funai Sydney Possuelo, coordenador da retirada de garimpeiros, e o administrador regional da Funai em Boa Vista, José Maria Nascimento, se desligaram anteontem da operação. Possuelo acha impossível que os garimpeiros respeitem dentro da selva amazônica uma delimitação de área onde poderiam buscar ouro.

O ministro da Justiça desafiou o juiz da Sétima Vara Federal, que concedeu a liminar, Novelty Vilanova da Silva Reis, a evacuar as áreas indígenas. "Se eu não consigo, peço a ele então que resolva o caso", afirmou Saulo. Segundo ele, qualquer decisão da Justiça tem que ser pautada sempre "dentro do possível". O governo também se comprometeu a não retirar os equipamentos dos garimpeiros da região. Esta concessão contraria um decreto presidencial de 12 de dezembro de 89, que estabelece o plano de defesa das áreas ianomami. Apesar do desrespeito ao decreto, Saulo afirma que "as medidas são absolutamente regulares".

O delegado-chefe da Polícia Federal, Romeu Tuma, viajou anteontem à capital de Roraima onde participou das discussões sobre o plano de retirada. Por volta das 16 horas, Tuma foi até a diocese de Roraima, localizada em frente ao palácio do governo, e conversou por cerca de 15 minutos com o bispo de Boa Vista, D. Aldo Mogiano. Durante o encontro, cerca de 400 garimpeiros que durante o dia permaneceram diante do palácio do governo foram até a porta da diocese, onde começaram a gritar. Por duas vezes Tuma interrompeu a conversa com o bispo e enfrentou os garimpeiros na rua, mandando-os ficar quietos.

Garimpeiros têm 90 dias para saírem de terras indígenas

MANAUS — Os garimpeiros entregaram ontem à Funai a primeira pista de pouso do garimpo do Papiu. O ato foi acompanhado pelo diretor geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, governador de Roraima, Romero Jucá Filho, representante da Funai, Ibama e Sucam. Conforme informou o governador Romero Jucá, a entrega fez parte do acordo assinado entre as partes terça-feira à noite, após uma reunião que durou nove horas, e prevê a modificação de toda estratégia de retirada dos garimpeiros da reserva ianomami, que a partir de agora sairão espontaneamente, no prazo de 90 dias, e serão relocados nas áreas de Uraricoera, Uricá e Catrimani, pertencentes à reserva nacional de Roraima e mede 665 mil hectares.

Durante o período previsto para a desocupação da reserva ianomami, a cada dia será entregue uma pista à Funai,

que ao fim da operação montará toda a infra-estrutura na reserva indígena, com a colaboração do governo de Roraima. Segundo o governador de Roraima, esse trabalho será acompanhado discretamente pela Polícia Federal, sem qualquer interferência no cronograma de mudança. Para ele, o acordo firmado foi uma vitória de todos, visto que ninguém perdeu nada, os garimpeiros e nem a população foram prejudicados, o episódio deverá servir também como exemplo para a organização a ser implantada em todos os garimpos do país.

Sobre as novas áreas que serão exploradas pelos garimpeiros, o governador disse que já está funcionando o cadastramento e qualquer garimpeiro que quiser trabalhar terá que ser submetido às normas de ordem e segurança.